

# **PROJETO DE LEI N.º 696, DE 2011**

(Da Sra. Sueli Vidigal)

Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.096, que dispõe sobre os partidos políticos.

# **DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

# **APRECIAÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

### O Congresso Nacional decreta:

Art.  $1^{\circ}$  - O art.  $2^{\circ}$  da Lei  $n^{\circ}$  9.096, que dispõe sobre partidos políticos, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:



Parágrafo Único – Os partidos que optarem pelo processo de fusão ou incorporação devem ter no mínimo dois anos de registro no Tribunal Superior Tribunal Eleitoral (TSE) e terem participado de pelo menos um processo eleitoral certificado pelo TSE."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICATIVA**

O Brasil possui 27 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Apesar de consideramos um número excessivo de partidos, é inegável a legitimidade de setores da sociedade em criar partidos políticos que representem seus pensamentos ideológicos ou programáticos. Mas não podemos concordar com iniciativas que visam hoje a criação de agremiações políticas somente para burlar a legislação eleitoral no que se refere, principalmente, à fidelidade partidária

A fusão ou incorporação de partidos não podem ser automáticas, muito menos com o objetivo de burlar a atual legislação eleitoral e desmoralizar a tese da fidelidade partidária, muito cobrada pela sociedade brasileira.

Nesse sentido apresentamos essa proposta, visando principalmente fechar as brechas que propiciem que propiciem fusões ou incorporações apenas para justificar a troca de partido. Sãos movimentos que significam um acinte à democracia e uma chacota à Justiça Eleitoral.

A incorporação ou fusão, para não serem casuísticas, devem obedecer a regras mais rigorosas, como tempo de registro dos partidos no TSE ou terem a agremiações participados apenas de um processo eleitoral. São regras que asseguram que fusões ou incorporações não são instrumentos apenas para burlar a legislação eleitoral.

Nesse sentido, peço o apoio dos nobres pares a esse projeto.

Sala das Sessões, 15 de março de 2011.

# SUELI VIDIGAL Deputada Federal - PDT/ES

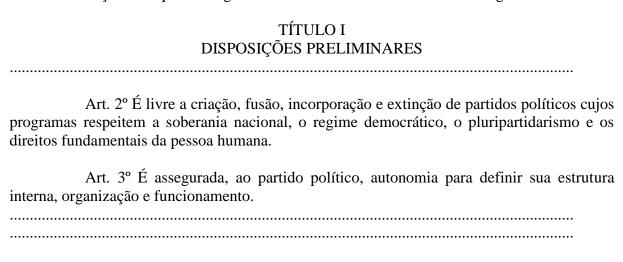
### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

## **LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995**

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3°, inciso V, da Constituição Federal.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:



#### **FIM DO DOCUMENTO**